

A EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

A doutrina de inteligência da ABIN se renova com lifelong learning e soft skills: para enfrentar ameaças sistêmicas e a obsolescência do conhecimento, formar operadores que unam excelência técnica, pensamento crítico e resiliência é proteger a soberania nacional em um mundo em transformação.

Carlos A. Klomfahs*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

LIFELONG LEARNING E SOFT SKILLS: AS NOVAS GERAÇÕES DE OPERADORES

No contexto da evolução doutrinária da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), um dos aspectos mais sensíveis e estratégicos reside no processo científico da produção de conhecimentos de inteligência, buscando inspiração nos métodos científicos adotados pelas ciências duras e pelas ciências sociais, bem como na formação e no perfil dos seus operadores e na contribuição dos consultores de defesa em Forças Tarefas constituídas frente às ameaças estrangeiras contra nossa soberania, venha de que

país vier.

As novas gerações de analistas e técnicos que nasceram entre os anos 1980 e 2000 que ingressam na carreira de inteligência, trazem consigo não apenas um domínio nato das tecnologias digitais, mas também uma relação distinta com a informação, caracterizada pela velocidade, pela fragmentação e pela necessidade de curadoria constante.

Diante desse cenário, o conceito de *lifelong learning* – ou aprendizagem contínua – deixa de ser um mero diferencial para se tornar um pilar estruturante da doutrina de inteligência.

Afinal, a obsolescência do conhecimento, especialmente nas áreas de cibersegurança, análise de dados geopolíticos e metodologias técnico-científicas, ocorre em um ritmo cada vez mais acelerado, exigindo que o profissional de inteligência esteja em permanente estado de atualização e reinvenção.

Paralelamente à capacitação técnica contínua, emerge com igual relevância o desenvolvimento das chamadas *soft skills* – habilidades comportamentais que transcendem o mero domínio de ferramentas ou procedimentos.

Em um ambiente onde o volume de dados é exponencial e a engenharia social figura entre as principais vulnerabilidades institucionais, qualidades como pensamento crítico, inteligência emocional, resiliência e capacidade de comunicação tornam-se ativos estratégicos de primeira ordem.

Para as novas gerações de operadores, que frequentemente são familiarizadas com a tecnologia, mas nem sempre com as sutilezas da interação humana e da análise contextual profunda, cultivar essas competências é fundamental.

Isto posto, a doutrina de inteligência contemporânea reconhece que a proteção da soberania não depende apenas de algoritmos sofisticados, mas, sobretudo, da capacidade humana de interpretar intenções, construir confiança em redes de contato e resistir a pressões psicológicas em operações sensíveis.

Além disso, a integração entre o *lifelong learning* e as *soft skills* responde diretamente às demandas impostas pelas novas formas de atuação em inteligência, especialmente no âmbito das operações interagências e das ameaças sistêmicas à soberania nacional.

Os profissionais das novas gerações precisam estar preparados para transitar entre diferentes culturas organizacionais – como as das Forças Armadas, órgãos de segurança pública e agências internacionais – exigindo adaptabilidade, empatia e habilidade para trabalhar em equipes multidisciplinares.

Nesse sentido, o consultor em defesa, área que este autor atua, como elemento integrador

de forças-tarefa, exemplifica a convergência entre a atualização técnica permanente e a maturidade comportamental necessária para atuar como ponte em contextos de alta complexidade, como os que envolvem ameaças externas em áreas estratégicas como a Amazônia Azul ou a segurança energética.

Por fim, a adoção de uma doutrina que valoriza o aprendizado contínuo e as habilidades socioemocionais representa, em última análise, uma resposta institucional à necessidade de reter e motivar os talentos que ingressam na Agência.



O Novo Perfil do Operador de Inteligência. A ilustração demonstra a evolução necessária frente aos desafios contemporâneos, destacando a integração indissociável entre o aprimoramento técnico contínuo (lifelong learning) e o desenvolvimento de habilidades comportamentais (soft skills) para alcançar a excelência operacional e a atuação interagências.

RECONHECIMENTO FINANCEIRO E PESSOAL

As novas gerações de operadores de inteligência buscam não apenas reconhecimento financeiro, mas também ambientes que estimulem o desenvolvimento pessoal, a autonomia intelectual e o propósito claro de sua missão, e precisam, por vezes, entender a *big picture*.

Ao incorporar esses elementos em sua doutrina, a ABIN não apenas se moderniza em termos de metodologia técnico-científica, mas também se alinha às expectativas de seus quadros mais jovens, fortalecendo o sentimento de pertencimento e de resiliência institucional.

Dessa forma, o investimento em capital humano – em sua capacidade de aprender

continuamente e de navegar com excelência nas complexidades das relações humanas – consolida-se como um dos vetores mais decisivos para a evolução da inteligência brasileira.

EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA

A evolução doutrinária pode ser definida pela contribuição dos métodos científicos na produção de inteligência, a participação de consultores em defesa e as vulnerabilidades tecnológicas de produtos estrangeiros.

A trajetória da ABIN tem sido marcada por um constante esforço de amadurecimento institucional, buscando distanciar-se de práticas do passado para se firmar como órgão essencial a um Estado Democrático de Direito. Esse processo de evolução doutrinária encontra seu principal marco na Política Nacional de Inteligência, cujo resumo delinea os contornos de uma nova era para o setor.

Nesse contexto, a ênfase recai sobre a adoção de uma metodologia técnico-científica, deixando para trás subjetivismos que amiúde comprometiam a eficácia das análises. Paralelamente, a incorporação de técnicas rigorosas de avaliação de dados passou a ser o alicerce para a produção de conhecimento estratégico, inspirando-se nas metodologias científicas das ciências duras (dados quantitativos) e das ciências sociais (aprofundamento qualitativo), transformando a inteligência de Estado em uma ferramenta mais precisa e confiável para a tomada de decisão nos níveis estratégicos.

A partir dessa reestruturação metodológica, emerge um novo perfil para o analista e o técnico de inteligência, figuras centrais nesse ecossistema.

Já não se busca mais apenas o profissional com conhecimento operacional restrito, mas sim um agente dotado de visão crítica, equilíbrio emocional, compromisso com a nação e capacidade analítica ampliada.

Nesse ínterim, a figura do consultor em defesa ganha relevância como elemento integrador de Força-Tarefa em Operações de Inteligência Interagências, notadamente em situações que configuram ameaças sistêmicas à soberania nacional – como os complexos cenários atuais envolvendo a Venezuela e o Irã –, esse profissional atua como a ponte que conecta diferentes áreas de conhecimento e órgãos de governo, garantindo que a resposta estatal seja coesa, coordenada e eficaz diante de desafios que transcendem as fronteiras tradicionais da segurança pública ou da defesa militar.

Contudo, a implementação dessa nova doutrina não ocorre sem a superação de obstáculos significativos. Entre os desafios contemporâneos, destaca-se o volume exponencial de dados

a serem processados, um verdadeiro oceano de informações que exige ferramentas e capacidades humanas igualmente robustas.

Nos Desafios de Inteligência de 2026, a ABIN elencou dependência, criptografia e ataques cibernéticos como desafios, mas preocupações sobre alguns pontos críticos já haviam sido relatadas há anos, vejamos:

Na edição da Revista Brasileira de Inteligência nº 13 de 2018, o artigo [O Hardware Comprometido: Uma Importante Ameaça a ser Considerada pela Atividade de Inteligência](#), de Gustavo Bruzzeguez, Clóvis Neumann e João Souza, destacam que nos últimos anos, pesquisadores vêm demonstrando a possibilidade de implementação de códigos maliciosos em circuitos integrados (chips) durante a fabricação destes dispositivos. A ameaça, que ficou conhecida como *hardware Trojan*, vem atraindo a atenção dos governos e da indústria, dado que potencialmente envolve questões de espionagem e guerra cibernética.

Ademais, as vulnerabilidades tecnológicas impõem um alerta constante: a persistência da dependência de produtos estrangeiros, como *softwares* e *smartphones*, cria brechas críticas que podem ser exploradas por atores adversários.

A isso se soma a necessidade urgente de valorização profissional, pois sem o reconhecimento financeiro e o devido prestígio da carreira, a agência enfrenta dificuldades para reter os talentos especializados de que tanto necessita.

Outro ponto sensível, e não menos importante, reside na cooptação de agências internacionais, um dilema que exige equilíbrio entre a colaboração indispensável e a preservação da autonomia decisória.

Por fim, é imprescindível superar a baixa mentalidade de segurança orgânica ainda predominante em alguns setores, pois a engenharia social – a exploração do fator humano – continua sendo uma das portas de entrada mais eficazes para violações de dados e comprometimentos de segurança.

PROTEÇÃO DE ATIVOS NACIONAIS CONTRA INTERFERÊNCIAS ESTRANGEIRAS

O pressuposto que eu parto é da não dependência de nenhum país nuclear: seja os EUA, seja a Rússia ou a China, o Brasil deve buscar suas capacidades de proteção de alto nível e diversificar parcerias estratégicas. Temos todas as qualidades para sermos potência e isso pode incomodar a todos, logo, não há que se falar em subserviência a país algum, mas buscar o princípio da igualdade jurídica entre todos os Estados Soberanos, tão defendida

por Rui Barbosa.

Diante desse panorama, as principais preocupações da inteligência brasileira devem ser em torno da proteção dos ativos estratégicos nacionais, pois é público e patente um aumento preocupante da interferência de potências estrangeiras sobre áreas sensíveis à nossa soberania.

O interesse geopolítico se concentra em setores nevrálgicos como as terras raras, essenciais para a indústria de alta tecnologia; o programa de mísseis e as capacidades aeroespaciais, pilares da dissuasão; além da segurança energética e alimentar, que tocam diretamente a estabilidade social e o desenvolvimento econômico.

A proteção da Amazônia e da chamada “Amazônia Azul” (a plataforma continental marítima e a Elevação do Rio Grande) também se consolidou como prioridade absoluta, dada a sua relevância ambiental, logística e de recursos naturais.

Em contrapartida, em meio a esse ambiente de tensões e ameaças, surgem oportunidades que o Brasil precisa saber aproveitar. A principal delas reside na capacidade de diversificar parcerias internacionais no âmbito dos BRICS.

Ao invés de se vincular rigidamente a um único polo de poder, a inteligência nacional pode atuar como catalisadora de um movimento mais amplo de inserção internacional soberana.



A Defesa da Soberania e os Ativos Estratégicos Nacionais. O diagrama ilustra as principais ameaças externas enfrentadas pelo Estado brasileiro, os ativos estratégicos essenciais (com destaque para a Amazônia Azul e Verde) e as estratégias de resposta adotadas pela inteligência nacional, como a diversificação de parcerias e a atuação interagências.

Portanto, estabelecer alianças técnicas com países que compartilham interesses semelhantes, especialmente no espectro do Sul Global, pode reduzir vulnerabilidades, facilitar a transferência de tecnologias e fortalecer uma rede de proteção mútua contra ingerências externas.

Em síntese, a evolução doutrinária da ABIN reflete o amadurecimento da própria democracia brasileira, que busca, na inteligência de Estado, não apenas a segurança, mas a garantia de um desenvolvimento autônomo e resiliente em um mundo cada vez mais complexo e interconectado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). *Legislação: Política e Estratégia*. ABIN, 2026. <https://www.gov.br/abin/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao>.

BRASIL. Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). *ABIN apresenta Desafios de Inteligência para 2026*. ABIN, 3 de dezembro de 2025. <https://www.gov.br/abin/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/abin-apresenta-desafios-de-inteligencia-para-2026>.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). *Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030*. Brasília: MJSP, 28 de setembro de 2021. <https://www.gov.br/mj/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/categorias-de-publicacoes/planos/plano-nac-de-seguranca-publica-e-def-soc-2021-2030.pdf>.

BRUM, Gabriel. *Abin aponta desafios tecnológicos para a segurança nacional*. Agência Brasil, 2 de dezembro de 2025. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2025-12/abin-aponta-desafios-tecnologicos-para-seguranca-nacional>.

**Carlos A. Klomfahs é advogado, especialista em Direito Internacional dos Conflitos Armados e operador de Inteligência. Egresso curso de geopolítica da ECEME e estratégia marítima da Escola de Guerra Naval. É mestrando no Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID) da Escola Superior de Guerra.*
